

Brasil – Japão

1895: Assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação e estabelecimento de relações diplomáticas.

1897: abertura de representações diplomáticas, no formato de legações (missão de categoria inferior a embaixadas).

1908: Início da imigração japonesa para o Brasil. O Japão abriga a terceira maior comunidade brasileira no exterior (ápice em 2007), ao passo que o Brasil abriga a maior comunidade de japoneses e descendentes no exterior (quase 2 milhões de pessoas). Atualmente, a comunidade brasileira no Japão é de cerca de 180 mil pessoas.

Até a Segunda Guerra Mundial (rompimento de relações em 1942), a questão migratória dominou as relações bilaterais. Má imagem acerca dos imigrantes japoneses por parte dos brasileiros, Conferência de Paris de 1919 (defesa de cláusula de igualdade racial), crise das cotas 1933/1934.

1952: Reatamento das relações diplomáticas, quando da retirada dos EUA do Japão. Japão manterá sua política externa fortemente alinhada aos EUA e ao bloco capitalista (Doutrina Yoshida), o que facilita a retomada de contatos por parte do Brasil. Brasil participa do grupo de 34 países que lideraram a entrada do Japão nas Nações Unidas.

Década de 1970: Período de intensa aproximação política e econômica, contatos bilaterais de alto nível e de identificação de pontos em comum na agenda multilateral. O Brasil claramente identifica o Japão como seu principal parceiro no Oriente.

1974: Visita do Primeiro-ministro Kakuei Tanaka ao Brasil

1976: Primeira visita de um chefe de Estado brasileiro ao Japão.

1978: Visita do Príncipe herdeiro Akihito ao Brasil para comemorações dos 70 anos da imigração.

Década de 1980: Momento de esfriamento das relações bilaterais em decorrência das novas circunstâncias trazidas pela crise dos anos 1980. Os investimentos japoneses serão particularmente afetados pela crise econômica e da dívida brasileira. Ademais, a abertura comercial de vários países asiáticos começa a atrair investimentos japoneses e desviar, portanto, recursos previamente alocados em outras localidades. Brasil perderá o posto de maior destino de investimentos japoneses na América Latina para o Panamá. Há, inclusive, interrupção dos contatos de altíssimo nível durante a segunda metade da década.

Final da década de 1990: tendência à retomada de um relacionamento mais consistente:

1. Há retomada de fluxos de investimentos, com destaque para o setor automotivo (Toyota e da Honda)

2. Retomada de investimentos e projetos de cooperação no setor de prospecção de matérias-primas: projetos ligados à prospecção de petróleo, investimentos da Mitsui Corporation para participar da administração da Vale do Rio Doce, PRODECER (Programa de Desenvolvimento do Cerrado), em sua terceira fase, continua a receber recursos.

3.

4. Brasil torna-se principal destino dos empréstimos japoneses (sobretudo na área de meio ambiente e infra-estrutura) para além da Ásia.
5. Aproximação na ONU no que diz respeito às discussões sobre a reforma do Conselho de Segurança da ONU, iniciadas em 1997.
6. Fenômeno dos decasséguis começa a ganhar importância e a reverter o fluxo migratório.

Anos 2000: Aproximação diplomática traduzida na criação de vários grupos e novo modelo de cooperação.

- 2004: G-4 pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, juntamente com Índia e Alemanha.
- 2004: Criação do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Japão.
- 2007: Criação do Grupo de Notáveis da Parceria Estratégica e Econômica Brasil-Japão.

Cooperação trilateral: não há recuo do nível de ajuda prestada ao Brasil, mas se incorpora nova dimensão que reconhece a capacidade técnica acumulada pelo Brasil. O Japão se tornará o principal parceiro do Brasil na modalidade de cooperação trilateral.

- ProSAVANA (2009): Programa entre Brasil, Japão e Moçambique.

2006: TV Digital. Padrão nipo-brasileiro disseminado na América do Sul.

2014: O primeiro-ministro japonês Shinzo Abe esteve em visita oficial ao Brasil.
 2016: O presidente Michel Temer cumpriu agenda oficial em Tóquio, onde se encontrou com o imperador japonês Akihito e com o primeiro-ministro Shinzo Abe. Primeira visita oficial de Temer. 11 anos sem visita de presidente brasileiro.

Relações Econômicas:

Na década de 1950, tem-se a primeira onda de investimentos japoneses no Brasil, sobretudo no setor automobilístico e alimentício. O Brasil é um dos primeiros a receber empréstimos do Japão, já em 1961. A grande onda de investimentos, contudo, corre na década de 1970 e no início dos anos 1980 (siderúrgica Usiminas, das empresas de alumínio Alunor e Albras, da Celulose Nipo-Brasileira-CENIBRA, a exploração de minério de ferro pela Companhia Vale do Rio Doce na Serra de Carajás, investimentos no setor petroquímico e de fertilizantes), em função da dependência japonesa da importação de matérias-primas. É da mesma época investimentos da produção de soja, consubstanciados no Programa de Desenvolvimento do Cerrado (1970-1999). A crise do petróleo terá importante impacto não só na economia japonesa, mas também na percepção do governo acerca da importância da estabilidade de suprimentos energéticos e alimentares. Ao longo dos anos 1970, o Brasil tornou-se o quinto maior destino de investimentos japoneses e o principal fornecedor de minério de ferro ao Japão.

A moratória da dívida brasileira, contudo, reconfigurou a presença econômica do Japão no país em função do impacto sofrido pelo capital japonês, pelas novas oportunidades decorrentes da abertura comercial das economias asiáticas e pelas novas oportunidades na América Latina (Panamá). Apesar do histórico de investimentos, o Japão ficou alheio ao processo de privatização da década de 1990. Atualmente, é o 13º maior investidor no Brasil (dados de 2017).

O Japão já foi o segundo maior parceiro comercial do Brasil, atrás apenas dos Estados Unidos. Atualmente, o Japão responde por apenas 3% das exportações e 3% das importações brasileiras. A pauta exportadora sofre de problemas já identificados na década de 1970: excessiva concentração e dependência de commodities. Apesar das tentativas do governo brasileiro para diversificar a pauta,

os resultados foram muito limitados. O Japão, por sua vez, tende a insistir em um discurso que aponta complementaridades das economias (Brasil exportando commodities e o Japão exportando produtos industriais, sobretudo automóveis e autopeças). Atualmente, as exportações de minério de ferro, frango e café respondem por quase 60% da pauta. Mais recentemente, os setores privados do Brasil e do Japão começaram a discutir a possibilidade de um acordo de livre comércio. Não há, contudo, definição governamental quanto à viabilidade do projeto.

Cooperação:

1959: início da cooperação com a JICA (Agência de Cooperação Internacional do Japão), na área de irrigação,

1970: Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Japão: troca de informações sobre assuntos técnicos, envio de peritos japoneses ao Brasil e fornecimento de equipamento industrial japonês ao Brasil. O acordo lançará as bases para a entrada da JICA no Brasil

1976: Abertura do escritório da JICA no Brasil. A JICA é o órgão japonês responsável por administrar programas de assistência externa e que estará por trás da implementação de projetos resultantes dos vultosos investimentos japoneses no Brasil na década de 1970.

Em 1989, o Japão alcançou o posto de maior doador mundial e maior doador para o Brasil, posto que ocupou de 1970 a 2004 (substituído pela Alemanha). O volume de recursos foi crescente na década de 1990, com ênfase na área ambiental (Projeto para tratamento de esgoto na Baía da Guanabara e projeto para recuperação do rio Tietê).

Brasil- China

Relações políticas:

- 1881: assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com a China. O objetivo principal era promover a imigração para o Brasil, o que não foi concluído em função de ressalvas chinesas. Primeiras imigrações para plantações de chá no Rio em 1810.
 - De 1911 (proclamação da república chinesa) a 1949: relações praticamente apenas diplomáticas. Em 1943, o Tratado de Amizade Sino-Brasileira substituirá o acordo de 1881.
 - 1949: Revolução Chinesa – Brasil continua mantendo relações com a República da China em Taiwan e rompe relações com a China continental.
 - 1961: início de um processo de aproximação comercial da China (visita de João Goulart em 1961) e de admissão da China continental na ONU que será interrompido em 1964.
 - 1974: restabelecimento de relações diplomáticas com a China Popular. Percebeu-se a similaridade de ambas as políticas externas, pautadas na soberania e na autonomia. Reaproximação era fundamental para dar credibilidade e legitimidade à política externa brasileira, sem contar os múltiplos alinhamentos (não-proliferação nuclear, conferência de Estocolmo). Ambos contestam a falta de espaço para PEDs na ordem internacional.
 - 1970-80: apesar da aproximação política, as relações sino-brasileiras foram modestas, sobretudo na esfera econômica. Relacionamento com a Ásia restringia-se ao Japão. Desde a década de 1960, as relações econômicas com o Japão passaram por significativo incremento. Japão era o segundo destino das exportações brasileiras.
 - 1974: restabelecimento de relações diplomáticas. Aproximação no campo político com os EUA (CSNU em 1972). Somente na década de 1990, em virtude da maior inserção internacional da China e da abertura do Brasil, as relações comerciais ganham vulto.
 - A década de 1980 é um momento de aproximação da China em relação a toda a região latino-americana, de construção e alianças e de estabelecimento de oposição em relação aos Estados Unidos.
 - Visitas de Figueiredo (1984), primeiro presidente brasileiro a visitar a China, e de Sarney (1988) marcam este processo mais embrionário de construção de relações diplomáticas. Lançamento, em 1988, do projeto CBERS responde a esta aproximação baseada na criação de autonomia frente aos países desenvolvidos.
 - Crise financeira dificultará a implementação do CBERS. Estratégia de reaproximação do Brasil em relação aos países desenvolvidos também não ajuda ou a própria crise política chinesa (episódios da Praça da Paz Celestial), mas será rompida por Itamar Franco que dará novo ímpeto ao relacionamento com a China e encontrará contrapartida na China (já recuperada de sua crise política – economia socialista de mercado)
 - 1993: Conceito de Parceria Estratégica: primeira vez que é mencionado pelo PM chinês (em sua primeira visita de Estado), conceito tem muita importância para a China, estabelece normas de conduta, é o nível mais alto da estrutura de parcerias construída pela diplomacia chinesa. Naquele momento ainda não estava muito claro qual seria dimensão dessa parceria, muito mais retórico. Criou expectativas irreais. Reconhecimento da cooperação sul-sul.
- Muitas críticas em relação ao conceito de parceria estratégica diante da percepção de que não houve comprometimento da China com as grandes posições do Brasil na arena internacional, com destaque para a vaga no Conselho de Segurança da ONU (Brasil teria inclusive reconhecido a China como economia de mercado e revisto sua posição na CDH). As divergências não excluem o conceito por si só, mas, de fato, não está claro quais são as bases e eixos da parceria. Brasil tentou diversificar, propondo

várias caminhos de cooperação e a China insistia em matérias-primas. Tentativa de empresas brasileiras de infraestrutura entrarem na China são frustradas.

Há também frustrações políticas: 1996 - voto a favor de moção contra a China na CDH.

A cooperação tecnológica é certamente um eixo importante. Trabalho conjunto para o desenvolvimento de satélites de sensoriamento remoto produziu resultados concretos (lançamento do primeiro satélite em 1999 deu autonomia na geração de imagens de satélites). Mas mesmo este tipo de cooperação, por mais importante e estratégica que seja, não gerou uma cooperação tecnológica mais abrangente e estruturada. Já foram 5 satélites lançados.

1988: Assinatura de acordo para desenvolvimento do China Brazil Earth Resources Satellites (CBERS).

A partir dos anos 2000, há uma intensificação do relacionamento político, principalmente a partir de 2004. Alternativa aos Estados Unidos e à Europa no caso do Brasil e crítica à ordem internacional, perspectiva mais multipolar, mas próxima à China. Para a China é uma forma de colocar em prática sua política de universalização de suas relações externas.

Multiplicação de espaços de diálogo: COSBAN: Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível e Concertação, Diálogo Estratégico Global.

Parceria em fóruns: G-20 comercial, Brics, BASIC, G-20 financeiro. Na sua tentativa de gerar agrupamentos independentes, não raro (IBAS e G-4), o Brasil está alinhando com a China, o que nos leva a perguntar: não seria apenas uma troca de dependência? Há uma busca compartilhada pela multipolaridade, mas há que se reconhecer que os recursos de poder são muito diferentes, o que resulta em uma interdependência assimétrica. Contar com a China dá mais peso às demandas brasileiras, a despeito de assimetrias importantes, como é o caso do posicionamento de ambos os países em relação à ampliação do CSNU.

Aproximação que não está restrita ao Brasil. Desde 2004, a China é membro observador da OEA e em 2009, tornou-se sócia do BID. Os Estados Unidos foram deslocados pela China da condição de principal parceiro comercial do Brasil, do Chile e do Peru. Também uma influência na África. Estaria retirando espaço de atuação do Brasil?

Comércio Bilateral: Face mais visível do adensamento das relações bilaterais, a despeito da retórica de aspectos comuns de política externa.

1978: reformas de Deng Xiaoping, marca o início do aumento da participação da China no comércio mundial. O relacionamento comercial com o Brasil evoluiu de forma cautelosa, dadas as circunstâncias internas de cada país. O comércio bilateral só se tornará relevante a partir da década de 1990 (principalmente na segunda metade, até 1994 as exportações brasileiras para a China representavam menos de 2% das vendas totais do país), sobretudo em função do aumento das exportações da China para o Brasil, como resultado da abertura comercial patrocinada por ambos os países. Em 2000, a China ultrapassa o Japão como principal parceiro comercial do Brasil na Ásia.

Aumento da corrente, está estreitamente ligada à entrada da China na OMC, em 2001. Em 2001, as exportações brasileira cresceram 75% em função da eliminação de barreiras comerciais.

1947: China assina o GATT

1949: Afastamento chinês da organização. Quem é o representante?

2001: Entrada da China na OMC após treze anos de negociações. Entrada vinculada a um programa de reforma e de abertura comercial inclusive no setor de serviços. China inicialmente não recebe todos os

benefícios. Figura das salvaguardas transitórias: normalmente as salvaguardas não são aplicadas em relação e um único país. No caso da China, porém, podem ser aplicadas no caso de “desorganização de mercado”. No que tange ao dumping e aos subsídios, durante 15 anos, qualquer país que investigue a existência dessas práticas não é obrigado a utilizar o preço interno chinês, visto que a China não é uma economia de mercado plena.

Via de regra a corrente de comércio é superavitária para o Brasil (exceção nos anos de 2007 e 2008 – valorização do real). Em 2009, a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, substituindo os EUA. Comércio que padece de problemas similares aos observados com o Japão. Na década de 1980 e 1990, o Brasil exportava basicamente produtos industrializados para a China e importava matérias primas agrícolas e minerais. Contudo, o quadro foi se invertendo e aprofundando-se. Mesmo beneficiamento simples não prosperam (caso do complexo da soja, em que o Brasil exporta grão de soja, mas tem dificuldade para exportar óleo de soja). Cerca de 80% das exportações brasileiras são de commodities. Mais de 97% dos importados são de manufaturados de média e alta tecnologia. Elementos pontuais de diversificação: aeronaves Embraer.

Em 2017, o saldo comercial e as exportações brasileiras para a China bateram recordes, em função do aquecimento da demanda chinesa.

Investimentos:

A política de IDE da China intensifica-se sobretudo a partir de 2007, principalmente nos setores de energia, infraestrutura, transporte, comunicação e, em alguns casos, aquisição de propriedades rurais. A política de IDE é parte de um processo de internacionalização das empresas chinesas amplamente patrocinado e direcionada pelo Estado.

No caso da América Latina, os investimentos chineses ganham peso mais substancial a partir de 2010, com destaque para Brasil e Argentina. De 1990 a 2009, o Brasil representava 3,5% dos IDE da China na região. Em 2010, pulou para 63%. Investimentos sobretudo “brownfield”, concentrados no setor de metais e petróleo. A partir de 2010, fica mais evidente o interesse chinês na aquisição de terras (envolvimento da AGU para limitar a aquisição de propriedades rurais por estrangeiros). China vê a América Latina como fonte de matérias-primas.

Leitura: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/138117/sousa_atlm_dr_mar.pdf?sequence=3&isAllowed=y